



Eletrobras



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

Sumário

1.	Introdução	3
1.1	A estratégia de sustentabilidade e climática da Eletrobras	3
1.2	Objetivos	5
1.3	Referencial para o Green Bond Framework	6
2.	Aplicação dos Green Bond Principles	6
2.1	Usos dos Recursos	7
2.1.1	Exemplos de Projetos elegíveis de geração eólica e solar:	7
2.1.1.1	Processo de Avaliação da Elegibilidade	11
2.3	Gestão e Controle dos Recursos	12
2.4	Reporte	13
2.4.1	Alocação dos Recursos	13
2.4.2	Relatório de impacto	13
2.4.3	Avaliação Externa	14
	Anexo I: Critérios ASG para avaliação da elegibilidade dos projetos	15

1. INTRODUÇÃO

1.1 A estratégia de sustentabilidade e climática da Eletrobras

Eletrobras é uma *holding* do setor de energia na forma de sociedade de economia mista, controlada pelo governo brasileiro e com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, de Nova Iorque (EUA) e de Madri (Espanha). A Eletrobras vem buscar iniciativas que demonstrem o comprometimento da companhia com as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, na Agenda 2030. Sua visão de futuro engloba ainda o objetivo de estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica. Em junho de 2019, 96% de nossa capacidade instalada era proveniente de fontes de energia renovável (solar, eólica e hidrelétrica).

O acompanhamento e análise regulares do desempenho das empresas Eletrobras frente aos indicadores e metas pactuados para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos como prioritários permitem elaborar planos de ação, identificar impactos positivos e negativos e promover e sustentar a criação de valor para as partes interessadas.

O compromisso da Eletrobras com a Agenda 2030 contou com a priorização de 5 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em 2017, para os quais elencamos as seguintes metas até o final de 2019:

- ODS 7 (acesso a energia limpa e acessível): 94,6% de participação de fontes de energia limpa na matriz elétrica das empresas Eletrobras;
- ODS 8 (emprego e crescimento econômico sustentável e inclusivo): 21% de cargos de gerência ocupados por mulheres, superando o percentual de mulheres na companhia;
- ODS 13 (combate à mudança do clima e seus impactos): Intensidade de emissões de 181 quilogramas de carbono equivalente para cada mil reais de Receita Operacional Líquida Gerada (CO₂e/R\$ mil);
- ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) : 1,0% da Receita Operacional Líquida (ROL) regulatória aplicada em projetos de P&D+I;
- ODS 16 (educação de alta qualidade, inclusiva e justa): 100 % de colaboradores treinados em políticas e procedimentos de combate à corrupção.

Os compromissos com a proteção ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável têm assumido protagonismo nas ações da companhia nos últimos anos e desde 2012 somos signatários da Declaração de Compromisso sobre as Mudanças do Clima,¹ onde assumimos, entre outras, as seguintes responsabilidades:

- Priorizar a participação de fontes de energia renováveis na carteira de projetos;
- Buscar uma estratégia unificada para redução ou compensação das emissões de gases de efeito estufa no grupo Eletrobras;
- Assegurar aos públicos externos e internos informações sobre a estratégia climática da empresa;

Entre as iniciativas e soluções desenvolvidas pela Eletrobras está o estabelecimento de metas de redução de Gases do Efeito Estufa (GEE). De modo a reforçar o comprometimento com as boas práticas da sustentabilidade empresarial, a Eletrobras publica, desde 2000, Relatório Anual de Sustentabilidade² sob os padrões do *Global Report Initiative* (GRI)³ e, desde 2009, realiza o “Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa”. Além disso, o sistema Eletrobras conta com um Comitê de Sustentabilidade e com unidades organizacionais que visam implementar o plano de ação e as metas de sustentabilidade da empresa.

Estrutura de Governança e Gestão da Sustentabilidade

Para garantir a conexão entre planejamento, estratégia, desempenho e sustentabilidade, contamos com a Comissão Executiva da Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, coordenada pela Diretoria de Gestão e Sustentabilidade, com reporte ao Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Eletrobras. A comissão é responsável por, dentre outras ações, implementar nas empresas Eletrobras processos, procedimentos e ferramentas de gestão sustentável reconhecidas internacionalmente, acompanhar e avaliar os resultados e elaborar planos de metas e de melhorias relacionadas ao tema, promover a gestão integrada das dimensões econômica, social e ambiental nas empresas Eletrobras no sentido de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, e gerir o Modelo de Criação de Valor das empresas Eletrobras.

¹ <https://eletrobras.com/pt/MeioAmbiente/Declaracao-de-Compromisso-da-Eletrobras-sobre-Mudancas-Climaticas.pdf>

² Todos os Relatórios Anuais de Sustentabilidade da empresa são de acesso livre no website da empresa. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Relatorio-Anual.aspx>

³ A GRI é uma organização internacional que visa a transparência de práticas de sustentabilidade em âmbito empresarial. Para isso, elas criaram um padrão de indicadores e de boas práticas em um relatório empresarial. Mais informações em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

Compromisso com a Sustentabilidade

O compromisso com o desenvolvimento sustentável está presente na Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras. O documento estabelece diretrizes para os aspectos sociais, ambientais e econômico-financeiros dos negócios, além da governança corporativa.

Em 2019, a Eletrobras foi listada pela 12ª vez no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão - a bolsa de valores oficial do Brasil, sediada na cidade de São Paulo)⁴. Este reconhecimento reflete a consistência e solidez do compromisso com resultados para a sociedade brasileira e com a implementação das melhores práticas nacionais e internacionais de sustentabilidade empresarial.

1.2 Objetivos

O grupo Eletrobras está comprometido em expandir sua matriz de geração de energia renovável. Para alavancar esse processo, a companhia pretende realizar emissões de títulos verdes ou climáticos ao longo dos próximos anos. O presente *Framework* tem como objetivo facilitar a transparência, integridade e qualidade das futuras emissões de títulos verdes da Eletrobras. Assim como garantir que as emissões e os projetos subjacentes estejam alinhados com os Green Bond Principles, Climate Bonds Standards, com a estratégia de sustentabilidade da companhia e com as melhores práticas internacionais do setor elétrico para emissão de títulos verdes.

A Eletrobras integra ativamente dois grupos de trabalho, *Industrial Working Groups* (IWG), criados pela Climate Bonds Initiative (CBI), o primeiro visando à elaboração dos Critérios de Elegibilidade para Certificação de Hidrelétricas e o segundo para certificação de projetos de Transmissão, Distribuição e Armazenamento, permitindo assim a emissão de Títulos Verdes (*Green Bonds*) associada a estes projetos.

Com a parceria, que vem sendo construída, a Eletrobras busca “selo verde” para os projetos de ativos de infraestrutura no setor de energia elétrica. Além de valorizar os projetos a serem concedidos e ampliar as alternativas de financiamento, a certificação como “infraestrutura verde” teria impacto nas metas de redução de emissões previstas no Acordo de Paris.

⁴ O ISE agrupa as empresas de capital aberto com melhores compromissos e práticas nos aspectos governança corporativa, econômico-financeiro, social, ambiental e mudanças climáticas. Ver mais em http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm

1.3 Referencial para o Green Bond Framework

Os benefícios econômicos da expansão da matriz de energia renovável no Brasil incluem o aumento da segurança energética, em virtude da complementariedade de fontes eólicas e solares com hidrelétricas, e descentralização, assim como manutenção da modicidade tarifária e consequentes ganhos de produtividade para a economia. Os principais benefícios ambientais dessa transição incluem a redução das emissões de gases de efeito estufa, menor consumo de água, menor poluição atmosférica em zonas urbanas e menores impactos sobre a biodiversidade.

O aumento no mix de fontes renováveis não convencionais pode alavancar a geração de empregos, especialmente em regiões mais pobres do país, e contribuir para o desenvolvimento territorial e fortalecimento de cadeias produtivas locais. Por fim, os benefícios acima estão alinhados à agenda governamental na área de energia e climática.

De forma alavancar esse processo, os títulos verdes desempenham um papel para que o mercado de dívida global possa ser um agente central no financiamento de projetos com externalidades climáticas e ambientais positivas.

O *Green Bond Principles* (GBP) publicado pela Associação Internacional do Mercado de Capital (ICMA) promove a integridade no mercado de títulos verdes por meio de diretrizes que recomendam transparência, divulgação e elaboração de relatórios.

De adesão voluntária, o GBP foi concebido para orientar o fornecimento de informações necessárias para aumentar a alocação de capital para projetos com atributos sustentáveis. Nesse sentido, o GBP visa apoiar os emissores na transição de seu modelo de negócios para uma maior sustentabilidade ambiental.

Além disso, os Climate Bonds Standards, divulgados pela Climate Bonds Initiative e também de adesão voluntária, fornecem uma taxonomia que permitem melhor avaliar se determinado projeto possui uma contribuição clara na transição para uma economia de baixo carbono.

2. APLICAÇÃO DOS GREEN BOND PRINCIPLES

Utilizou-se o *Green Bond Principles*⁵ para estabelecer as diretrizes para aplicação e estruturação de mecanismos de financiamento verde no âmbito do Sistema Eletrobras.

⁵ Disponível em: <https://www.climatebonds.net/market/best-practice-guidelines>

Este *Green Bond Framework* se alinha com os quatro componentes principais do GBP: uso de recursos, avaliação e seleção dos ativos, gestão e controle dos recursos e reporte, conforme detalhado abaixo.

2.1 Usos dos Recursos

Os recursos advindos da emissão de títulos verdes originados a partir deste framework serão utilizados para financiamento de **Projetos Elegíveis Greenfield** de geração de energia renovável, a serem incluídos na Carteira até a data de vencimento do Título e/ou refinanciamento de **Projetos Elegíveis** em construção ou em operação onde os investimentos tenham sido realizados até 24 meses antes da emissão do respectivo *Green Bond*. Para este documento consideram-se que os **Projetos Elegíveis** correspondem ao desenho, construção, instalação e manutenção dos projetos de energia renovável, tais quais:

- Geração de fontes eólica on-shore;
- Geração de energia solar on-shore;

Esses projetos devem satisfazer critérios ambientais, sociais, de governança, de adaptação e resiliência a mudanças climáticas, conforme será definido a seguir.

No processo de elegibilidade de empresas, admite-se como critérios de exclusão a ausência de licenças ambientais em dia, a não conformidade com os critérios ESG definidos e/ou a não conformidade com Padrões de Desempenho do *International Finance Corporation (IFC)*⁶;

2.1.1 Exemplos de Projetos elegíveis de geração eólica e solar:

Pindaí I

Localizado no sul da Região Nordeste do Brasil, fazendo limite com outros oito estados brasileiros, nos Municípios de Pindaí e Caetitê no Estado da Bahia, o Complexo Eólico Pindaí I é formado por oito parques (Acauã, Angical 2, Arapapá, Caititu 2, Caititu 3, Carcará, Corrupião 3 e Teiú 2) que totalizam 68 MW de capacidade instalada com 34 aerogeradores. Dos oito parques, somente Angical 2 encontra-se em operação comercial, a qual iniciou em setembro de 2019. Os parques Acauã, Arapapá e Teiú 2 encontram-se em operação em teste. A previsão é de que até janeiro de 2020, todos os aerogeradores estejam em operação comercial. Os parques Caititu 2, Caititu 3, Carcará,

⁶ O IFC desenvolveu 8 padrões de desempenho relacionados a incorporação da sustentabilidade na estratégia empresarial. Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

Corrupião 3, Arapapá e Teiú 2 aguardam a emissão da Licença de Operação (LO) pelo INEMA.

Emissões anuais de CO2 evitadas: 17.189,13 tCO2 (vigência do contrato: 2015 a 2035)⁷

Pindaí II

Localizado no sul da Região Nordeste do Brasil, fazendo limite com outros oito estados brasileiros, no Município de Pindaí no Estado da Bahia, é constituído pelos parques Coqueirinho 2 e Papagaio. Todos os treze aerogeradores que compõem a capacidade instalada de 26 MW estão operando comercialmente, sendo que o parque Coqueirinho 2 iniciou a operação comercial em setembro de 2019 e o parque Papagaio iniciou a operação comercial em outubro de 2019.

Emissões anuais de CO2 evitadas: 6.361,59 tCO2 (vigência do contrato: 2016 a 2035)

Pindaí III

Localizado no sul da Região Nordeste do Brasil, fazendo limite com outros oito estados brasileiros, situado no Município de Pindaí no Estado da Bahia, é formado apenas pelo parque Tamanduá Mirim 2 de 16 MW distribuídos em oito aerogeradores que já encontram-se em operação em teste. A Licença de Operação (LO) ainda não foi emitida pelo INEMA. A liberação da entrada em operação comercial está prevista para novembro de 2019.

Casa Nova I A

O parque eólico Casa Nova I A, localizado no estado da Bahia, é composto de dezoito aerogeradores de 1,5 MW totalizando em 27 MW de capacidade instalada. A Renovação da Licença de Instalação é válida até 02/02/2024 e as obras, paralisadas desde 2015, devem ser retomadas em novembro de 2019. Diante deste cenário, a entrada em operação comercial está prevista para outubro de 2020.

UFV Lapa Solar I











Potencial Fotovoltaico em etapa de desenvolvimento de projeto para compor a carteira de projetos da Eletrobras Chesf candidatos a serem implantados nos próximos anos. O

⁷ 1 = energia contratada média no Ambiente de Contratação Regulada – ACR

2 = cálculos efetuados considerando o fator de emissão médio mensal do SIN para os 8 meses de 2019 = 0,0619 t CO₂/MWh

local da implantação do futuro empreendimento fotovoltaico é o município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, região Nordeste do Brasil e que apresenta um dos maiores potenciais de irradiação solar do planeta, superior a 250 W/m². O projeto prevê a conexão ao SIN no próprio município que será implantado. O empreendimento está concebido para a potência de 90 MW, com 36 módulos de 2,5 MW, distribuídos cerca de 370 mil painéis e fator de capacidade de cerca de 28%, com CAPEX estimado de R\$ 320 milhões. O projeto está sendo desenvolvido por equipe própria da Eletrobras Chesf em todas suas etapas, incluindo a instalação de equipamentos de medição de irradiação solar e levantamentos de campo.

O Quadro abaixo resume os benefícios associados aos projetos supracitados:

Projeto	Tipo	Capacidade de Instalada (MW)	Emissão anual evitada (tCO ₂) ²	Vigência contrato	Benefício Socioambiental (lista não exaustiva)	ODS impactados
Pindaí I	Eólica	68	17.189,13	2016 - 2037	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos acessos; Geração de postos de trabalho durante a implantação; Recuperação de nascentes; Geração de renda para os proprietários onde foram implantados os aerogeradores; Regularização da Reserva Legal; Ações sociais realizadas (reforma e doação de equipamento a escolas municipais); Construção de banheiros para famílias residentes na zona rural; Programa de educação ambiental para população atendida; Geração de postos de trabalho durante a implantação; 	     
Pindaí II	Eólica	26	6.361,59	2016 - 2037		
Pindaí III	Eólica	16	3.858,04	2016 - 2037		
Casa Nova IA	Eólica	27	n.d. ³	n.d.	<ul style="list-style-type: none"> Treinamentos da comunidade para o manejo sustentável; Educação ambiental para a comunidade. 	 
UFV Lapa Solar I	Solar	90	n.d. ³	n.d.	n.d.	 

1 = energia contratada média no Ambiente de Contratação Regulada – ACR

2 = cálculos efetuados considerando o fator de emissão médio mensal do SIN para os 8 meses de 2019 = 0,0619 t CO₂/MWh

3 = Informação ainda não disponível, pois projeto ainda está em estágio de elaboração. Informação estará disponível no relatório de verificação.

2.2 Avaliação e Seleção de Ativos

Foi aprovada em Diretoria Executiva a Resolução 651/2109 em 23/09/2019 as Diretrizes para estruturação de *Green Bond Framework* e a formação de um Comitê de Financiamento Verde com as seguintes atribuições:

- Avaliar a elegibilidade dos ativos ou projetos submetidos pelas áreas de negócios aos instrumentos de financiamento verde, conforme os critérios estabelecidos na seção Uso dos Recursos;
- Avaliar eventuais proposta de emissões/operações de instrumentos de financiamento verde por empresas, entidades e veículos de investimento nos quais a Eletrobras tem participação;
- Supervisionar a alocação dos recursos captados pela emissão do instrumento de *Green Bonds*;
- Propor métricas e reportes para acompanhamento dos projetos elegíveis, tendo como base aquelas pré-definidas na seção Reporte abaixo;
- Divulgação e transparência das informações; e
- Preparação e coleta das evidências necessárias para o trabalho de verificação e/ou certificação de auditores externos.

O Comitê é composto por representantes das Áreas de *Tesouraria, Controladoria, Contabilidade, Governança, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Engenharia, Finanças Corporativas e Internacional* atua conforme os limites e competências definidas pela Administração da Eletrobras.

Sistema de Gestão Ambiental

A Eletrobras dispõe de um Sistema de Gestão voltado a monitorar todas as ações relacionadas ao meio ambiente, com foco na prevenção e minimização dos impactos negativos e na melhoria da qualidade ambiental, contribuindo para a manutenção do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações e para a construção de um diálogo transparente com os diversos públicos de interesse. O sistema se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental das Empresas Eletrobras, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS⁸).

A Política Ambiental tem o objetivo de orientar o tratamento das questões socioambientais associadas aos nossos empreendimentos. O documento reforça o nosso compromisso com o respeito ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do país. Revisada em 2019, a versão 4.0 seguiu o disposto no novo normativo interno da

⁸Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Sistema-IGS.aspx>

Eletrobras, considerando o teor da Norma ISO 14.001 e buscando o alinhamento aos preceitos do Pacto Global.

O Comitê de Meio Ambiente é composto pelos gerentes das áreas de meio ambiente das empresas Eletrobras e, no nível técnico, conta com especialistas organizados em grupos de trabalho temáticos.

O sistema IGS dispõe de 231 indicadores de desempenho ambiental e 360 variáveis e é utilizado por 498 usuários, sendo submetido a verificações internas e externas. O sistema armazena, permite a edição, a consulta e a rastreabilidade dos dados relacionados à Sustentabilidade Empresarial, auxiliando na gestão dos indicadores estabelecidos no Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas Eletrobras (PDNG). Desse modo, o IGS é um elemento que garante a qualidade das informações e indicadores avaliados para os projetos verdes elegíveis, assim como irá facilitar o processo de transparência e verificação dos indicadores utilizados.

Além das diretrizes internas, as empresas Eletrobras cumprem compromissos e obrigações legais durante o processo de licenciamento ambiental e a operação de seus empreendimentos.

2.1.1 Processo de Avaliação da Elegibilidade

O processo de avaliação dos projetos para composição de portfólio de ativos elegíveis ao financiamento via *Green Bonds* de responsabilidade do Comitê de Financiamento Verde é composto por 3 etapas:

- I. Análise Inicial: primeiro filtro de seleção;
- II. Avaliação dos critérios ESG (*environmental, social and governance* ou ambiental, social e governança);
- III. Priorização: Lista final de projetos selecionados.

I. Análise Inicial

A análise inicial tem como objetivo realizar o primeiro nível de seleção e exclusão de projetos a partir de critérios descritos abaixo, tendo como principal produto para a etapa seguinte uma lista enxuta de oportunidades a serem avaliadas.

Portanto, o Comitê avaliará os seguintes critérios:

- O enquadramento do projeto conforme a descrição de Projetos Elegíveis;
- Projetos com desembolso feito nos 24 meses anteriores à data de emissão do título ou após a data de emissão e antes do prazo de vencimento do título.

II. Avaliação dos critérios ESG

A segunda etapa compreende a análise das características ambientais, sociais e de governança dos projetos pré-selecionados na etapa inicial. Seguindo uma análise indicativa para os critérios definidos no Anexo I.

Caso o projeto avaliado não seja aprovado em algum requisito descrito neste documento ou quaisquer outros que o Comitê venha a adicionar à análise, será excluído do processo de avaliação e seleção do portfólio elegível aos recursos do *Green Bond*. Além disso, projetos que apresentem melhor avaliação ESG serão priorizados entre os demais para recebimento dos recursos do *Green Bond*.

III. Priorização

Dentre os projetos que tenham sido aprovados na avaliação ESG da etapa II, serão priorizados aqueles projetos em fase de implantação (*Greenfield*), que ainda precisem de recursos para serem concluídos. Projetos *Brownfield* (em operação), cujos desembolsos tenham sido realizados em até 24 meses anteriores a emissão do *Green Bond* serão despriorizados nesta etapa.

2.3 Gestão e Controle dos Recursos

A Eletrobras no papel de emissora do instrumento de financiamento verde transferirá os recursos líquidos captados para as subsidiárias e unidades de negócio por meio de empréstimos entre empresas ou *equity*, com o objetivo de financiar os desembolsos relacionados aos Projetos Verdes Elegíveis.

O fluxo dos recursos captados será monitorado de forma contínua ao longo de todo período de maturidade do título. O Comitê de Financiamento Verde será o responsável por controlar a alocação dos recursos para assegurar o atendimento dos critérios ESG definidos no *Framework*.

Até que se obtenha a aplicação da totalidade dos recursos, o Comitê de Financiamento Verde divulgará o montante líquido dos recursos temporariamente não alocados, que serão mantidos na forma de caixa, equivalentes de caixa, depósitos com liquidez, ou outros instrumentos que não apresentem impacto negativo sobre o clima.

Os pagamentos de juros e principal do instrumento de financiamento verde estarão vinculados ao balanço da companhia emissora, da Eletrobras, e não estão relacionados ao desempenho socioambiental dos Projetos Elegíveis que receberão o *funding*.

Caso algum dos Projetos Elegíveis deixe de atender aos critérios de elegibilidade descritos na seção 2.2, os recursos serão imediatamente alocados para outros projetos verdes elegíveis.

2.4 Reporte

2.4.1 Alocação dos Recursos

Até que os recursos líquidos da captação sejam integralmente alocados aos Projetos Elegíveis e, posteriormente, até o vencimento do título, a Eletrobras fornecerá anualmente aos investidores em seu *website* ou no relatório anual de sustentabilidade:

Nível do Projeto

- Descrição do Projeto selecionado (capacidade instalada, tecnologia utilizada, localização do projeto, status da terra, fonte geradora, etc.);
- *Status* de progresso do projeto e fatos relevantes;
- Montante aprovado, status da alocação, participação dos recursos verdes na estrutura de capital do projeto (%) e percentual de participação da Eletrobras no projeto (para cofinanciamentos);
- Previsão de desembolso do projeto;

Nível Agregado

- Montante total alocado aos projetos vis-à-vis o montante total captado (%);
- Saldo dos recursos líquidos ainda a ser alocado;
- Instrumentos financeiros nos quais serão mantidos os recursos ainda não desembolsados;
- Percentual de recursos utilizados para financiamento x refinanciamento dos projetos elegíveis (%)

2.4.2 Relatório de impacto

Anualmente, a Eletrobras irá divulgar um relatório com os impactos dos projetos e ativos elegíveis para seus investidores, em seu website ou no relatório anual de sustentabilidade. As metodologias e baselines utilizados nesse relatório de impacto também serão publicamente disponibilizadas. Para os **Projetos de Geração de Energia Renovável**, serão divulgados por tipo e região os indicadores na tabela abaixo:

Tema	Indicador
Energia e mudanças climáticas	- Produção anual de energia renovável em MWh - Capacidade instalada de energia renovável em MW - Emissões anuais de GEE evitadas (tCO ₂ eq)
Saúde e segurança	- Número de acidentes (fatais e severos)
Comunidades	- Número e descrição das ações sociais implementadas - Número de beneficiários das ações sociais implementadas

Biodiversidade	- Número e descrição das ações para proteção e restauração da biodiversidade
Controvérsias	Controvérsias envolvendo os Projeto Elegível (se houverem). A Eletrobras fornecerá aos investidores informações sobre as principais questões envolvidas e as ações implementadas e caso, necessário, a exclusão do projeto do pool de projetos financiados por <i>Green Bonds</i> .

2.4.3 Avaliação Externa

A Eletrobras se engajou com a Vigeo Eiris para elaboração de um parecer independente (*Second Party Opinion*) sobre este *Framework*, em relação ao seu alinhamento com os *Green Bond Principles* e credenciais verdes. O objetivo da avaliação externa é fornecer aos investidores segurança quanto à transparência e padronização da operação.

Este *Framework* e respectivo *Second Party Opinion* serão publicados na página de Relações com Investidores do *website* da Eletrobras.

Além disso, os projetos identificados como elegíveis dentro deste *Framework* estão alinhados com os Climate Bonds Standards. Com isso, iremos buscar a certificação da Climate Bonds Initiative, de modo a corroborar as externalidades ambientais e positivas climáticas associadas aos projetos que serão financiados pelos *Green Bonds* da Eletrobras.

Um ano após a emissão, a Eletrobras se compromete a reavaliar seus *Green Bonds* (*post-issuance review*), de modo a garantir que estes mantenham conformidade com os Climate Bonds Standards.

A Eletrobras elabora um Relatório Anual que é assegurado por um auditor independente. Neste relatório constarão informações que demonstrem a alocação dos recursos, para garantir que os recursos líquidos captados via instrumentos de financiamento verde tenham sido destinados em conformidade com todos os critérios estabelecidos na seção Uso dos Recursos, assim como os indicadores de impacto descritos na seção 2.4.2.

ANEXO I: CRITÉRIOS ASG PARA AVALIAÇÃO DA ELEGIBILIDADE DOS PROJETOS

Ambiental	Elegibilidade	Social	Governança
Licenciamento ambiental e demais autorizações	Projetos que apresentem regularidade do processo e possuam as licenças e autorizações compatíveis com a etapa	Comunicação ou relacionamento com a população atingida	Ética, políticas anticorrupção
Unidades de conservação e outras áreas relevantes para a conservação ambiental	Projetos que não afetem Unidades de conservação e outras áreas relevantes para a conservação ambiental	Promoção ao desenvolvimento local/regional	Transparência
Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais (conforme Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)	Projetos que não afetem terras Indígenas e Comunidades Tradicionais	Respeito aos direitos humanos	Auditoria externa
Patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paleontológico, espeleológico e natural	Projetos que não afetem patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paleontológico, espeleológico e	Saúde e segurança do trabalho	

Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

	natural		
Uso e ocupação do solo	Projetos localizados em áreas que não apresentem potencial de conflitos pelo uso e ocupação do solo (ex: áreas turísticas, áreas produtivas etc.)		
Situação fundiária	Projetos localizados em áreas que não apresentem potencial de conflitos fundiários		

